

Capítulo 9

Incentivos institucionais ao voto estratégico e mudança do sistema partidário em Portugal*

Relevância do voto estratégico em Portugal

Será que os eleitores portugueses procuram evitar desperdiçar o seu voto em partidos não competitivos? O sistema eleitoral português é, reconhecidamente, um dos sistemas de representação proporcional (RP) com voto em lista mais desproporcionais da Europa (Freire, 2006). Assim, os votos de uma parte significativa do eleitorado são aparentemente dados a partidos que não obtêm representação parlamentar. Isto tem, evidentemente, importantes implicações a nível do sistema político. O sinal dado pelos eleitores ao votarem em determinados partidos pode ser fortemente distorcido, em termos globais, após a tradução dos votos em assentos legislativos. Só determinados partidos poderão influenciar a agenda política e o processo legislativo no parlamento e, desse modo, tornar transparentes tais sinais.

Embora saibamos que é um erro aplicar ingenuamente teorias comportamentais sem atenção ao quadro institucional no qual o acto eleitoral se inscreve, no caso de Portugal parece seguro supor que o voto da maioria dos eleitores é *sincero*, ou seja, é de facto dado aos partidos preferidos. Estes eleitores são motivados por preocupações expressivas a fazerem com que o seu voto seja con-

* O autor deseja agradecer a André Freire, José Pereira e Ana Espírito Santo pelo fornecimento de dados e pelos úteis comentários, bem como a Anne Hasel pela ajuda prestada durante a investigação.

tado, ao invés de garantirem que esse voto conte de facto. Em contrapartida, os eleitores portugueses que recorrem ao voto *estratégico* procuram evitar a inutilidade do voto, votando não de acordo com as suas preferências, mas com vista a influenciarem o resultado no seu círculo eleitoral. Estes eleitores procuram assim assegurar-se de que o seu voto contará realmente, ao contrário do voto sincero, que será meramente contado. Nos sistemas de RP, um pequeno número de votantes estratégicos pode ainda assim ter um grande impacto nos resultados do seu círculo eleitoral. Além disso, um pequeno número de votantes pode também determinar o destino de uma determinada coligação governamental. Com o tempo, o voto estratégico pode também levar à extinção dos pequenos partidos. Assim, o estudo do voto estratégico parece ser *a priori* relevante para o conhecimento dos sistemas partidários e da sua consolidação mesmo em sistemas de RP, como o de Portugal.

Estrutura de incentivos

Quais os incentivos que os sistemas eleitorais oferecem aos eleitores para abandonarem os seus partidos preferidos? Regra geral, nos sistemas de RP, até os partidos marginais têm hipóteses de conquistarem assentos parlamentares e de representarem assim as opiniões dos seus eleitores. Por conseguinte, um tal sistema eleitoral não proporciona um forte incentivo para que os apoiantes dos pequenos partidos recorram ao voto estratégico. A literatura comparativa sobre sistemas eleitorais defende — já desde Leys (1959) e Sartori (1968), pelo menos — que, quanto menor for a magnitude do distrito (ou seja, quanto menor o número de lugares elegíveis por um dado círculo eleitoral), mais fortes serão os incentivos ao voto estratégico. Embora tenha sido desenvolvida para avaliar os incentivos numa série de diferentes sistemas eleitorais, esta hipótese deverá também aplicar-se a sistemas eleitorais onde o número de assentos parlamentares por cada círculo eleitoral é variável.

Quanto a este respeito, as instituições eleitorais em Portugal são particularmente interessantes. O espectro da magnitude dos círculos eleitorais é, desde 1975, bastante amplo. Tomando em consideração os 20 círculos eleitorais do país (excluindo, portanto, os dois círculos da emigração) e todos os actos eleitorais celebra-

dos entre 1975 e 2002 (eleições legislativas), observamos que a magnitude dos círculos eleitorais varia entre um mínimo de 3 (Portalegre desde 1985, Beja desde 1999 e Évora desde 2002) até um máximo de 58 (Lisboa em 1976). De acordo com a conjectura Leys-Sartori, o voto estratégico deverá ser tanto mais expressivo quanto menor for a magnitude do círculo eleitoral. No entanto, a literatura especializada defende que o voto estratégico deverá desaparecer quando a magnitude do círculo eleitoral é superior a 5, já que os requisitos de informação para que os eleitores compreendam os incentivos proporcionados por círculos eleitorais de grande magnitude se tornam demasiado elevados (Cox, 1997, p. 100; Cox e Shugart, 1996; Sartori, 1968, p. 279). Em poucas palavras, a identificação dos partidos marginais torna-se (demasiado) difícil para os eleitores. Assim, não recorrerão sistematicamente ao voto estratégico. Esta asserção é corroborada por resultados eleitorais do Japão e da Colômbia (Cox, 1997, pp. 115-117; Gunther, 1989). À primeira vista, o argumento parece plausível. No entanto, a questão é saber por que razão a formação de expectativas se torna de repente tão difícil, ao ponto de, segundo esta linha de argumentação, devermos esperar um certo grau de voto estratégico em círculos eleitorais de magnitude 4, mas não já em círculos de magnitude igual ou superior a 6.

Defenderei aqui que a literatura existente não fornece fundamentos micro suficientemente sólidos para as relações de nível macro entre as características dos sistemas eleitorais e as implicações da natureza dos sistemas partidários, tais como as condições sob as quais determinados partidos são estrategicamente abandonados pelos eleitores. De modo a compreendermos a influência dos incentivos institucionais em acção, teremos de analisar com mais cuidado o processo de tomada de decisão dos votantes.

Os fundamentos micro do voto estratégico e o papel das expectativas

Seguindo a lógica do voto desperdiçado, em Portugal os eleitores estratégicos votam num partido que não o seu preferido desde que considerem que dessa forma terão mais hipóteses de influenciar o resultado da competição no seu círculo eleitoral. Deste modo, para além das preferências partidárias, o principal factor que influen-

cia significativamente o processo de tomada de decisão individual diz respeito à expectativa subjectiva de que o voto no partido preferido constituiria um desperdício. Se estivermos dispostos a aceitar que os votantes procuram maximizar a utilidade do seu voto, poderemos então conceber do seguinte modo a utilidade esperada: cada eleitor retira tanto mais utilidade do seu voto num determinado partido quanto mais esse partido for preferido sobre qualquer outro, desde que tal partido venha de facto a obter representação pelo círculo eleitoral do votante. Contudo, se o partido não obtiver nenhum assento pelo círculo eleitoral do votante, a utilidade derivada do voto será muito menor, ou mesmo nula, nos casos em que o votante não é motivado por preocupações expressivas¹. Uma vez que nem todos os partidos conquistam necessariamente representação parlamentar, a utilidade adicional que um votante retira do voto num partido que obtém representação pelo seu círculo eleitoral é incerta. Assim, a utilidade esperada que um eleitor retira do voto num determinado partido é o produto da utilidade, desde que este partido conquiste pelo menos um assento pelo círculo eleitoral do votante, ponderada pela expectativa do votante de que esse partido conquistará de facto pelo menos um assento.

De que modo os votantes formam estas expectativas? Existem pelo menos dois processos concebíveis. Por um lado, independentemente do partido preferido, quanto maior for a magnitude do círculo eleitoral, menor será o limiar para que qualquer partido obtenha representação e, desse modo, maior a expectativa dos seus apoiantes de que o seu voto não será desperdiçado (Sartori, 1968, p. 279). Consequentemente, os eleitores deverão estar mais conscientes de que o potencial para desperdiçarem o voto é mais elevado nos pequenos círculos eleitorais do que nos grandes, dada a maior probabilidade de que os partidos e os meios de comunicação enfatizem este efeito nos círculos eleitorais mais pequenos.

Por outro lado, independentemente da magnitude do círculo eleitoral, mesmo os eleitores mais desatentos — enquanto «avaros cognitivos» (Fiske e Taylor 1991) — recorrerão, provavelmente, a uma heurística, como a *heurística da história eleitoral* (Gschwend, 2004), para formarem expectativas razoáveis quanto às hipóteses

¹ O eleitor pode retirar uma utilidade não nula do desperdício do voto simplesmente por razões expressivas, isto é, porque ele ou ela sente satisfação em votar a favor (por exemplo, de modo a construir ou manter uma firme identificação política que simplifica o plano político) ou contra um determinado partido.

de o seu partido preferido conseguir conquistar um assento pelo seu círculo eleitoral. Seguir a heurística da história eleitoral implica inferir o resultado das próximas eleições a partir das coordenadas da competição eleitoral das eleições anteriores. Se bem que o processo da formação de expectativas não seja observável, esta heurística implica que a expectativa dos eleitores de que o seu partido preferido conquistará representação pelo seu círculo eleitoral nas eleições seguintes deverá ser muito maior nos casos em que o partido em questão tenha já conquistado representação em eleições anteriores. As consequências da utilização desta heurística para gerar expectativas são independentes das características do círculo eleitoral. Não deverá ser mais difícil para os eleitores de Lisboa (grande círculo eleitoral) do que para os eleitores de Beja (pequeno círculo eleitoral), uma vez que eles estão apenas preocupados com as perspectivas do seu partido preferido. Assim, ao contrário da tese defendida na literatura especializada (Cox e Shugart, 1996, p. 311; Cox, 1997, p. 100), os eleitores poderão recorrer ao voto estratégico mesmo nos círculos eleitorais de maiores dimensões, desde que acreditem que o seu partido preferido não tem hipóteses de obter representação.

Para resumir, verifica-se um processo ao nível do círculo eleitoral que caracteriza a natureza da corrida eleitoral. O potencial para a inutilidade do voto é *a priori* mais elevado nos pequenos círculos eleitorais do que nos de maior magnitude. Assim, em termos médios, os partidos políticos e os meios de comunicação deverão estar mais motivados para alertarem os eleitores para o contexto da inutilidade do voto nos círculos eleitorais de menor magnitude. Desta forma, o processo ajudará os eleitores a formarem expectativas claras. Se bem que o eleitor médio possa estar mais alerta para a possibilidade de o voto sincero ser um voto desperdiçado, existe um segundo processo a nível individual. Os eleitores têm de avaliar se o seu partido preferido conseguirá conquistar representação pelo seu círculo eleitoral nas eleições seguintes. Uma vez que estes dois processos operam simultaneamente a diferentes níveis, é muito provável que interajam.

Uma vez que tais processos não são observáveis, concentrar-me-ei nas suas implicações observáveis a nível do círculo eleitoral, de modo a formular hipóteses sobre as suas consequências politicamente relevantes: as percentagens de votos dos partidos e, em última instância, a mudança do sistema partidário. Se os eleitores se convencerem de que o seu partido preferido não tem hipóteses de

alcançar representação, o mais provável é abandonarem esse partido e votarem estrategicamente num outro para assim evitarem o desperdício do seu voto. Deste modo, para além do nível de apoio normal esperável, *os partidos em risco de não obterem representação deverão ser penalizados pelo abandono estratégico e pela perda de votos em favor daqueles partidos dos quais se esperam melhores resultados eleitorais*. Além disso, ambos os processos, que ajudam os eleitores a formarem expectativas quanto à possibilidade de desperdiçarem o voto se permanecerem fiéis ao partido da sua preferência, deverão interagir. Assim, *os partidos em risco de não obterem representação deverão ser tanto mais penalizados pelo abandono estratégico quanto mais pequena for a magnitude do círculo eleitoral*. Em contrapartida, *os partidos que não correm perigo de perder representação beneficiarão do voto estratégico nesses mesmos círculos eleitorais*. Além dos votos dos seus apoiantes fiéis, estes partidos serão favorecidos pelo voto estratégico daqueles que procuram evitar desperdiçar o seu voto.

Percentagens de votos dos partidos e voto estratégico

Uma vez que identifiquei implicações observáveis do processo de formação de expectativas, não observável a nível dos círculos eleitorais, para prever as percentagens de votos dos partidos, utilizarei os resultados eleitorais de todos os partidos entre 1975 e 2002 de modo a testar as minhas hipóteses (v. quadro 9.1).

Seguindo a pressuposição lógica atrás traçada, os eleitores só podem formar expectativas quanto à possibilidade de desperdiçarem o voto se o seu partido preferido concorreu no mesmo círculo eleitoral nas eleições anteriores. Assim, a minha teoria não poderá prever as percentagens de votos de um partido que concorra pela primeira vez num dado círculo eleitoral. Não obstante, trabalharei com $N = 1477$ casos de partidos que concorreram num dos 20 círculos eleitorais de Portugal. No entanto, mesmo o resultado eleitoral de um partido que concorra pela primeira vez num determinado círculo é relevante de dois modos para a minha análise.

Em primeiro lugar, o que aconteceria se os eleitores não se preocupassem em formar expectativas e em tentar evitar o desper-

Quadro 9.1 — Número de círculos eleitorais em que os partidos competiram

Partidos	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002
PS	20	20	20	2	20	20	20	20	20	20	20
FRS				18							
UEDS			18								
PPD + PPD/PSD	20	20	2	2	20	20	20	20	20	20	20
CDS+CDS/PP	20	20	2	2	20	20	20	20	20	20	20
AD			18	18							
PPM	12	20			16		20	20		13	16
CDU							20				
PCP-PEV								20	20	20	20
APU			20	20	20	20					
PCP	20	20									
MDP + MDP/CDE	20						20				
BE										20	19
BE-UDP											1
UDP	10	19	20	20	17	20	20	2	20		
PSR			20	20	17	20	19	20	20		
PCTP/MRPP			20	20	20	20	20	20	20	20	20
PCP-ML		14									
MRPP		20									
PDC (direita)		17	17	19	19	20	20				
MPT (direita)									5	20	19
PPM-MPT (direita)									6		
PDA (direita)				6	3			11	3	1	
PNR (direita)											6
PSN (direita)								19	13	15	
POUS (esquerda)			5	20	20	20	7			6	8
OCMLP (esquerda)			5	5	13						
PRD (esquerda)						20	20	20			
PCR (esquerda)						17	17				
AOC (esquerda)		18									
FEC (esquerda)	12										
FER (esquerda)								5			
FSP (esquerda)	15	18									
LCI (esquerda)	4	18									
LST (esquerda)					19						
MES (esquerda)	14	20									
PH (esquerda)										7	18
UDP-PSR (esquerda)					3						
PRT (esquerda)		4									
PT (?)				20							
PUP (?)	7										
PG (?)									8		
MUT (?)									4		

dício do seu voto? Limitar-se-iam a votar no seu partido preferido. A implicação empírica disto a nível do círculo eleitoral seria que as percentagens de votos dos partidos são previsíveis através dos seus anteriores resultados nesse círculo eleitoral. Assim, utilizo a anterior percentagem de votos de um partido num dado círculo eleitoral como a medida base da votação normal («votação normal») que um partido pode, com razoabilidade, esperar obter. Uma tal medida do nível latente de apoio partidário sincero é necessária para que não se sobrestime falsamente o efeito do voto estratégico em (ou contra) determinado partido num dado círculo eleitoral. Do mesmo modo, trata-se de uma medida muito conservadora, já que pressupõe que toda a gente votou com sinceridade nas eleições anteriores. Assim, esta medida subestima potencialmente o número de votos estratégicos.

Em segundo lugar, de modo a formar a expectativa de que o voto no seu partido preferido seria um voto desperdiçado, o eleitor típico que segue a heurística da história eleitoral olhará para os resultados das eleições anteriores. Quantos assentos parlamentares conquistou anteriormente o seu partido preferido? Se este partido não conquistou qualquer representação nas eleições anteriores, haverá mais probabilidades de o eleitor recorrer ao voto estratégico. Assim, de modo a testar a hipótese de que os partidos em risco de não obterem representação deverão ser abandonados pelos votantes estratégicos, incluiremos uma variável *dummy* («expectativa») que apresenta o valor «1» num dado círculo eleitoral no caso em que um partido não conquistou qualquer representação nas eleições anteriores por esse círculo eleitoral. A distribuição desta variável pelos partidos é como se pode ver no quadro 9.2.

Verifica-se uma considerável variação de partido para partido. À excepção dos 18 círculos eleitorais em que a AD concorreu em 1980, todos os partidos portugueses concorreram pelo menos uma vez num círculo eleitoral sem terem obtido aí um único assento nas eleições anteriores. Nesses círculos eleitorais é muito provável que os partidos sejam estrategicamente abandonados por alguns dos seus apoiantes nas eleições seguintes. Em contrapartida, existem aparentemente diversos partidos que nunca obtêm um único assento parlamentar por determinados círculos eleitorais. O apoio a estes partidos deverá diminuir ao longo do tempo, a não ser que os seus apoiantes retirem do seu voto desperdiçado um elevado sentido de utilidade baseado em motivos expressivos ou na obtenção de benefícios secundários (como, por exemplo, uma recompensa financeira).

Quadro 9.2 — Círculos eleitorais cruciais para cada partido

Partido	# círculos eleitorais em que o partido obteve representação nas eleições anteriores (expectativa = 0)	# círculos eleitorais em que o partido não obteve representação nas eleições anteriores (expectativa = 1)	Soma
AD	18	0	18
APU	36	24	60
BE	1	18	19
CDS	51	53	104
CDS-PP	17	23	40
FSP	0	15	15
LCI	0	4	4
MES	0	14	14
MPT	0	24	24
OCMLP	0	10	10
OCP	9	11	20
PCP-PEV	19	41	60
PCR	0	17	17
PCTP/MRPP	0	160	160
PDA	0	12	12
PDC	0	92	92
PH	0	7	7
POUS	0	66	66
PPD	17	3	20
PPD/PSD	122	2	124
PPM	0	97	97
PRD	18	22	40
PS	181	1	182
PSN	1	27	28
PSR	0	116	116
UDP	4	124	128
<i>Total</i>	494	983	1477

De modo a testar a hipótese de que os partidos em risco de não alcançarem representação obtêm piores resultados eleitorais, ao passo que os partidos com hipóteses de alcançarem representação beneficiam tanto mais do voto estratégico quanto mais pequena for a magnitude do círculo eleitoral, teremos de incluir no modelo a dimensão da magnitude do círculo eleitoral (M). É muito provável que o impacto marginal da magnitude do círculo eleitoral (M) sobre as percentagens de votos dos partidos diminua se M for de maior dimensão (Monroe e Rose, 2002; Taagepera e Shugart, 1989). Assim, tendo em conta essa possibilidade, transformo logaritmicamente a magnitude do distrito: $\log(M)$. De modo a testar a

condicionalidade do hipotético efeito de abandono estratégico, teremos de recorrer a um termo de produto entre $\log(M)$ e a variável «expectativa».

Finalmente, incluo no modelo efeitos fixos de tempo (anos), uma vez que combinarei as percentagens de votos de todas as eleições para ser o mais abrangente possível, evitando ao mesmo tempo violar o pressuposto da homogeneidade da unidade para o agrupamento dos dados.

A variável dependente, padrão na literatura especializada é o número efectivo de partidos (como medida agregada da natureza da competição partidária no círculo eleitoral), que não reflecte directamente as minhas previsões, nomeadamente a quantidade de voto estratégico que favorece ou penaliza determinados partidos. Esta poderá ser a razão principal pela qual os anteriores estudos sobre o voto estratégico em Portugal não conseguiram apresentar qualquer prova de voto estratégico (Jalali, 2002, cit. *in* Freire, 2006). Assim, ao contrário da usada em anteriores pesquisas, uma hipótese mais adequada de variável dependente, Y , será a proporção dos partidos que concorrem por um determinado círculo eleitoral. A especificação geral do modelo é a seguinte:

$$Y = b_0 + b_1 \cdot \text{votação normal} + b_2 \cdot \log(M) + b_3 \cdot \text{expectativa} + b_4 \cdot \log(M) \cdot \text{expectativa} + \text{anos} + e$$

Se não se espera que os partidos consigam obter qualquer representação, ou seja, se o valor da expectativa for «1», temos o seguinte:

$$Y = (b_0 + b_3) + b_1 \cdot \text{votação normal} + (b_2 + b_4) \cdot \log(M) + \text{anos} + e$$

O quadro 9.3 mostra os resultados da regressão OLS (método dos mínimos quadrados). Os erros-padrão são agrupados por partido e por círculo eleitoral para dar conta da não independência na estrutura dos dados.

De modo a avaliar o efeito incondicional das expectativas sobre a proporção de abandono estratégico dos partidos, começo por apresentar os resultados de um modelo restrito, excluindo as características da magnitude do círculo eleitoral. Não nos surpreende que haja uma espécie de continuidade quando se prevê a percentagem de votos de um partido num círculo eleitoral. Aparentemente, a nível do círculo eleitoral, a força de um partido nas eleições anteriores constitui um indicador seguro para os resultados das eleições

Quadro 9.3 — Abandono estratégico e proporção de votos dos partidos

Variáveis independentes	Variável dependente: percentagem de votos dos partidos					
	Modelo restrito			Modelo completo		
	Coef.	Erro-padrão	<i>p-value</i>	Coef.	Erro-padrão	<i>p-value</i>
Votação normal	0,894	0,019	0,000	0,881	0,020	0,000
$\ln(M)$	***			-0,009	0,004	0,026
Expectativa	-0,027	0,008	0,000	-0,050	0,013	0,000
Expectativa $\times \ln(M)$	***			0,008	0,004	0,031
Anos						
1976	0,004	0,005	0,450	0,004	0,005	0,379
1979	-0,023	0,006	0,000	-0,023	0,006	0,000
1980	-0,001	0,003	0,765	-0,001	0,003	0,837
1983	0,001	0,005	0,858	0,001	0,005	0,886
1985	-0,019	0,003	0,000	-0,020	0,003	0,000
1987	-0,001	0,004	0,813	-0,001	0,004	0,743
1991	0,006	0,004	0,171	0,006	0,004	0,156
1995	-0,003	0,010	0,737	-0,003	0,010	0,730
1999	-0,001	0,004	0,874	-0,001	0,004	0,868
Constante	0,031	0,008	0,000	0,054	0,013	0,000
<i>N</i>	1477			1477		
# clusters	286			286		
<i>R</i> ²	0,905			0,906		
Root MSE	0,051			0,051		

seguintes. Em média, um determinado partido pode contar com o apoio de quase 90% dos apoiantes que teve nas eleições anteriores.

Além disso, como se esperava, o coeficiente de expectativa é negativo. Isto indica que, no caso dos círculos eleitorais onde os partidos não obtiveram qualquer representação nas eleições anteriores, deverá esperar-se que tais partidos percam uma média de quase 3%, em comparação com os círculos eleitorais onde as perspectivas eleitorais dos partidos são mais positivas. Todos os partidos têm apoiantes incondicionais. Não obstante, para além do nível base da votação normal, estes resultados indicam que uma média de 3 em cada 100 eleitores potenciais de um partido recorrem ao voto estratégico e abandonam o seu partido preferido caso acreditem que o voto seria inútil.

O impacto do voto estratégico é também condicionado pela dimensão do círculo eleitoral. De facto, o resultado da estimativa do modelo completo torna claras as provas empíricas que sustentam tal afirmação. Como esperado, o efeito de interacção entre a

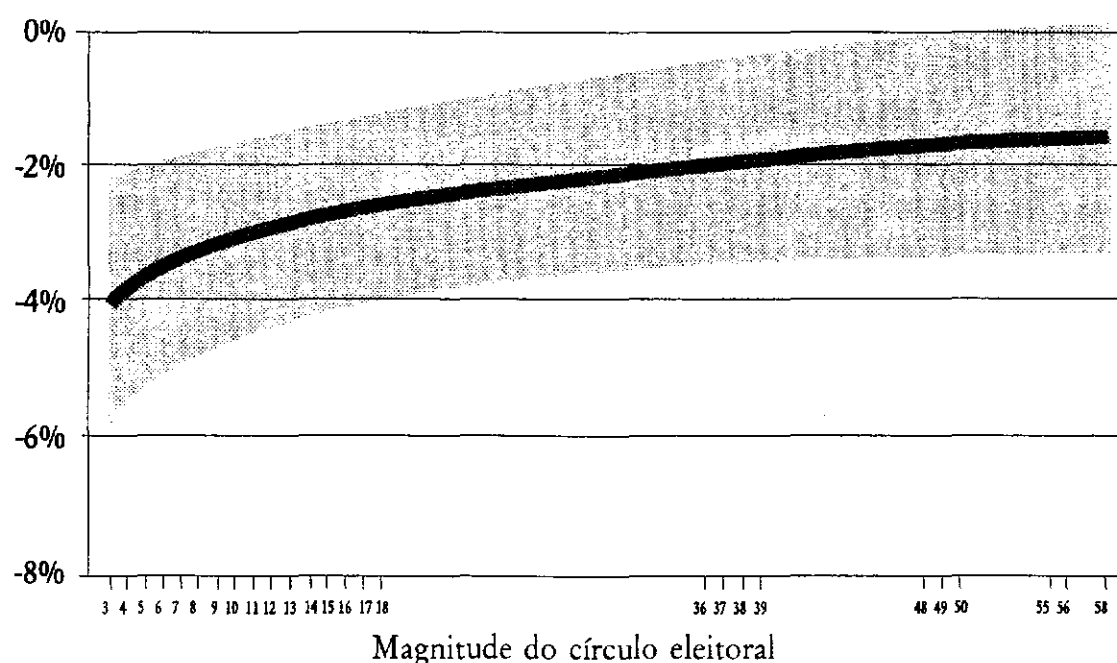
«expectativa» e a magnitude do círculo eleitoral é significativo. Assim, o efeito do abandono estratégico depende da magnitude do círculo eleitoral. De modo a tornar clara a condicionalidade e a dimensão desse efeito, calculei o efeito causal da «expectativa», de acordo com a magnitude do círculo eleitoral, como a diferença das percentagens de voto previstas num dado círculo eleitoral que um partido deverá esperar se não conseguiu obter representação nas eleições anteriores em comparação com uma situação em que este partido obteve representação nas eleições anteriores, isto é:

$$Y(\text{expectativa} = 1) - Y(\text{expectativa} = 0) = b_3 + b_4 \cdot \log(M)$$

A figura 9.1 torna clara a condicionalidade do efeito de votação estratégica. A área entre os intervalos de confiança de 95% está a sombreado.

Nos círculos eleitorais mais pequenos de Portugal verificamos que mais de 4 em cada 100 apoiantes de um partido abandonam esse partido caso considerem que o seu voto será inútil. A percentagem de votantes estratégicos para qualquer partido será tanto menor quanto maior for a magnitude do seu círculo eleitoral. No entanto, mesmo no caso de Lisboa, o maior círculo eleitoral do país, com uma magnitude de 48 (actualmente), o modelo prevê a ocorrência de uma pequena mas sistemática percentagem de votação estratégica.

Figura 9.1 — Condicionalidade do efeito de abandono estratégico



Assim, ao contrário de anteriores estudos, temos provas conclusivas da existência de uma certa proporção de voto estratégico sistemático a nível dos círculos eleitorais. Aparentemente, alguns eleitores portugueses procuram evitar desperdiçar o seu voto em pequenos partidos dos quais não se espera que obtenham um único assento parlamentar pelo seu círculo eleitoral. O abandono sistemático dos pequenos partidos é um mecanismo de nível individual. Na secção seguinte analisaremos as consequências de tal mecanismo para a mudança do sistema partidário ao nível macro.

Mudança do sistema partidário e voto estratégico

Quais são as consequências do voto estratégico para o sistema partidário de Portugal? Enquanto as primeiras eleições democráticas em Portugal ocorreram no contexto de um sistema partidário bastante fragmentado acompanhado por uma elevada instabilidade governamental, diversos observadores concordam que a partir de 1987 se tem verificado uma tendência maioritária no sistema partidário português, a par de governos cada vez mais estáveis (Lobo, 2001; Magone, 1999; Freire, 2006; Magalhães, 2003). À primeira vista, os efeitos institucionais não explicam esta tendência. O sistema eleitoral não mudou muito. Além disso, os círculos eleitorais permaneceram os mesmos, se bem que as respectivas magnitudes tenham variado ligeiramente ao longo do tempo. A dimensão do parlamento diminuiu de 250 para 230 lugares (desde 1991). Assim, dada a estabilidade do contexto institucional, não nos é possível explicar esta tendência maioritária com base num efeito «mecânico» significativo. No entanto, a votação estratégica, como defendemos aqui, depende fortemente de efeitos «psicológicos», isto é, do modo como os eleitores criam expectativas sobre o resultado de uma eleição. De forma a contribuírem para uma tendência maioritária, os eleitores têm de ser unânimes quanto aos partidos viáveis e, simultaneamente, quanto à improbabilidade de o seu partido preferido conseguir alcançar representação parlamentar ou integrar o governo seguinte. Assim, ao invés de desperdiçarem o voto no seu partido preferido, os eleitores instrumentalmente motivados procuram fazer com que o seu voto conte, votando estrategicamente num partido menos preferido, porém mais viável. Assim, se o voto

estratégico tem o potencial de explicar, ao menos parcialmente, a concentração dos votos num menor número de partidos e o desaparecimento dos pequenos partidos, isso significa que os eleitores deverão formar expectativas similares quanto aos partidos com mais hipóteses de obterem representação no seu círculo eleitoral ou de integrarem o governo seguinte. A utilização dos dados relativos aos círculos eleitorais não permite tratar o problema sem recurso a pressupostos bastante arriscados. Será necessário utilizar dados de nível individual. Porém, a questão de saber se os votantes estratégicos tentam evitar desperdiçar o seu voto para maximizar as suas hipóteses de influenciar as eleições no seu círculo eleitoral já foi abordada atrás.

Embora o recurso ao voto estratégico pareça ser tanto maior quanto menor é a magnitude do seu círculo eleitoral, como indicam os resultados apresentados na secção anterior, a diferença de magnitude dos círculos eleitorais é substancialmente menos interessante do que o próprio efeito das expectativas. Assim, nas linhas que se seguem irei concentrar-me meramente no efeito da «expectativa» a nível do círculo eleitoral, isto é, no pressuposto de que os partidos que não conquistaram qualquer representação nas eleições anteriores irão perder votos nas eleições subsequentes. O presumível mecanismo subjacente que dá origem a este efeito é a expectativa dos eleitores de que tais partidos não conseguirão conquistar representação pelo seu círculo eleitoral. De modo a não desperdiçarem o voto em tais partidos, os eleitores estratégicos preferem escolher um partido de entre aqueles com hipóteses de alcançarem pelo menos um assento parlamentar pelo seu círculo eleitoral. Para tentarmos estabelecer se o voto estratégico pode de facto ajudar-nos a explicar a tendência maioritária que tem vindo a observar-se no sistema partidário português desde 1987 podemos começar por verificar se o efeito de «expectativa» é mais elevado antes ou depois dessa data. Isto pode ser testado mediante a inclusão no modelo de uma variável *dummy* «1987 e depois», atribuindo o valor «1» por cada observação a partir de 1987 e o valor zero no caso contrário, juntamente com um termo de produto com «expectativa». Consequentemente, se o voto estratégico for mais elevado nas eleições a partir de 1987, podemos concluir que o efeito da interacção «expectativa» × «1987 e depois» é significativamente negativo. Para além disso, uma vez mais, temos também de ter em conta a proporção de votos que um partido pode esperar ganhar («votação normal»), de modo a não sobrestimar falsamente o efeito do voto estratégico.

Assim, o modelo para analisar o impacto do voto estratégico sobre a mudança do sistema partidário será o seguinte:

$$Y = b_0 + b_1 \cdot \text{votação normal} + b_2 \cdot \text{expectativa} + b_3 \cdot \text{1987 e depois} + b_4 \cdot \text{expectativa} \times \text{1987 e depois} + e$$

O quadro 9.4 mostra os resultados da regressão OLS. Todos os erros-padrão são agrupados por partido e por círculo eleitoral para dar conta da não independência na estrutura dos dados.

Quadro 9.4 — Abandono estratégico e mudança do sistema partidário

Variáveis independentes	Variável dependente: percentagem de votos dos partidos					
	Modelo base			Modelo completo		
	Coef.	Erro-padrão	<i>p-value</i>	Coef.	Erro-padrão	<i>p-value</i>
Votação normal	0,895	0,020	0,000	0,871	0,020	0,000
Expectativa	-0,011	0,006	0,059	0,003	0,008	0,727
1987 e depois	0,025	0,006	0,000	0,020	0,008	0,013
Expectativa × 1987 e depois	-0,028	0,006	0,000	-0,023	0,008	0,004
aprendizagem				0,005	0,002	0,012
Expectativa × aprendizagem				-0,004	0,002	0,020
Contaminação				0,033	0,006	0,000
Expectativa × contaminação				-0,030	0,006	0,000
Constante	0,013	0,006	0,022	-0,002	0,008	0,825
<i>N</i>	1477			1477		
# clusters	286			286		
<i>R</i> ²	0,905			0,907		
Root MSE	0,051			0,051		

A partir de 1987, o voto estratégico parece ser de maior importância, ao passo que nas eleições anteriores a essa data o papel que as expectativas desempenham para as percentagens de votos dos partidos que não conseguiram obter pelo menos um assento parlamentar nas eleições anteriores por um dado círculo eleitoral é apenas marginalmente significativo e reduzido em termos absolutos (cerca de 1 ponto percentual). Em comparação com as eleições até 1985, o efeito de voto estratégico aumenta em cerca de 2,8 pontos percentuais, como esperado. A partir de 1987, os partidos que se revelaram incapazes de obter um único assento nas eleições anteriores são, em média, estrategicamente abandonados por quase

4% dos seus eleitores — um efeito quase quatro vezes superior ao verificado nas eleições até 1985².

Como explicar isto? Os actores políticos devem aprender a jogar de modo mais eficaz as regras do jogo definidas pelo sistema eleitoral. Os partidos devem ponderar negociar coligações pré-eleitorais a nível do círculo eleitoral se de outro modo não tiverem hipóteses de obterem representação. Podem também aperfeiçoar as suas campanhas de modo a enviarem sinais aos seus eleitores específicos. Os meios de comunicação deverão também aprender a cobrir desenvolvimentos interessantes e competições renhidas a nível dos círculos eleitorais, para além da dinâmica da campanha a nível nacional. Deste modo, a comunicação social poderia ajudar os eleitores a formarem expectativas comuns, em cada círculo eleitoral, sobre os partidos e a sua maior ou menor probabilidade de obterem representação parlamentar. Por último, os próprios eleitores têm de aprender a evitar desperdiçar o seu voto e, para tanto, têm de formar expectativas sobre o resultado possível das eleições no seu círculo eleitoral específico. Assim, os partidos, os meios de comunicação e os eleitores têm de conhecer as implicações das regras eleitorais; e isto, provavelmente, levará o seu tempo. Quanto mais frequentemente um partido concorrer num determinado círculo eleitoral, mais fácil deverá ser para os eleitores formarem expectativas sobre a utilidade do seu voto. Embora isto possa levar algum tempo — e mais tempo para os apoiantes do PCP, por exemplo, devido à sua forte ancoragem sócio-estrutural (Gunther e Montero, 2001, p. 141) do que para os do CDS —, os apoiantes dos pequenos partidos acabarão por compreender a inutilidade do seu voto nos casos em que o partido que preferem tem poucas hipóteses de conquistar pelo menos um assento parlamentar pelo seu círculo eleitoral. Assim, falando em termos gerais, é de esperar que *os partidos cujos eleitores tiveram a oportunidade de aprender a formar expectativas sobre o seu sucesso eleitoral sejam mais penalizados pelo abandono estratégico nos casos em que esses partidos não conseguiram obter representação nas eleições anteriores do que os*

² Considerando a média para todos os partidos que não foram capazes de conseguir pelo menos um lugar no parlamento na eleição anterior, desde 1987 os dados indicam que tais partidos foram (e serão, segundo a estimativa) estrategicamente abandonados por cerca de 4,0% dos seus eleitores (1,1%, até 1985, a que acresce um incremento estimado de 2,8%, para o período desde 1987, o que resulta num total de 3,9%). Ou seja, cerca de quatro vezes mais ($3,9\%/1,1\% = 3,5\%$) o respectivo efeito até 1985.

partidos cujos eleitores não tiveram a oportunidade de aprender a formar expectativas. De modo a operacionalizar este processo de aprendizagem como oportunidade de formar expectativas comuns, indicado pela variável «aprendizagem», limito-me a contabilizar o número de eleições nas quais um partido competiu em determinado círculo eleitoral. A hipótese da aprendizagem do círculo eleitoral é, pois, testada mediante a inclusão no modelo do termo de produto com a «expectativa». Consequentemente, é de esperar um termo de interação «expectativa» × «aprendizagem» significativamente negativo.

Para além de um efeito de aprendizagem específico de cada círculo eleitoral que provoca um aumento do impacto do voto estratégico, o contexto de uma eleição parlamentar particular pode também encorajar o voto estratégico se os votantes forem capazes de formar expectativas e de distinguir com mais facilidade os partidos com probabilidades de conquistarem representação pelo seu círculo eleitoral. Nos anos em que ocorre também uma eleição presidencial, o contexto eleitoral de uma campanha deverá ser diferente do de outros anos de eleições. As eleições presidenciais seguem um sistema maioritário de duas voltas. Consequentemente, os eleitores dos pequenos partidos acabam por ter de votar num outro candidato, uma vez que o candidato presidencial do seu partido — se é que existe — não terá hipóteses de passar à segunda volta da eleição. Para os eleitores, este facto poderá ter dois efeitos. Em primeiro lugar, alguns apoiantes de pequenos partidos podem mudar as suas preferências partidárias em favor de um dos principais partidos. Este não é um cenário improvável para muitos eleitores portugueses, dado que a sua polarização ideológica em torno da clivagem esquerda-direita é bastante fraca em comparação com a do eleitorado de outros países; além disso, há também que ter em conta a importância tradicional do efeito de líder observada no comportamento eleitoral dos portugueses (Gunther e Montero, 2001). Em segundo lugar, e menos drasticamente, mesmo que os eleitores não mudem as suas preferências partidárias, o seu processo de formação de expectativas pode ser particularmente influenciado pela força dos partidos a nível nacional mais do que a nível do círculo eleitoral, o que é relevante para a distribuição dos assentos parlamentares. Os meios de comunicação podem também contribuir sistematicamente para tais processos, ao centrarem a cobertura da campanha da eleição presidencial nos candidatos dos partidos mais fortes, tornando muito difícil aos pequenos partidos permanecerem *on-message*, mesmo na cobertura das campanhas para as eleições parlamentares. Sob o efeito de uma eleição presidencial, os partidos poderão também ser levados

a reflectir mais profundamente sobre as suas estratégias de campanha a nível local ou a recorrer à formação de coligações pré-eleitorais com outros partidos da mesma ala ideológica (Freire, 2006; Lobo, 2001). Assim, nos casos em que as eleições presidenciais e parlamentares se celebram com pouco tempo de separação, a tendência maioritária, que constitui um fenómeno concomitante de uma eleição presidencial, deverá «contaminar» (Shugart e Carey, 1992, pp. 239-242) o contexto da eleição parlamentar tanto para os partidos como para os meios de comunicação e os eleitores. Este efeito de contaminação deverá ajudar os eleitores a formarem uma expectativa comum. Por conseguinte, é de esperar que *em eleições parlamentares «contaminadas» os partidos que não conseguiram obter representação na eleição anterior sejam mais penalizados pelo abandono estratégico dos eleitores do que nos casos em que há uma maior distância temporal entre as eleições presidenciais e as parlamentares*. De modo a operacionalizar o efeito de contaminação, criei uma variável *dummy* («contaminação») de valor «1» para os casos em que as eleições presidenciais e parlamentares se celebram no mesmo ano. Nestes casos, portanto, a contaminação deverá ser maior — independentemente da eleição que se celebre primeiro, presidencial ou parlamentar. Em qualquer dos casos, o contexto no qual os eleitores formam as suas expectativas será contaminado. A hipótese da contaminação é igualmente testada mediante a inclusão no modelo do termo de produto com a «expectativa». Consequentemente, é de esperar um significativo termo de interacção negativa «expectativa» × «contaminação».

Ambas as hipóteses relacionam o voto estratégico com a mudança no sistema partidário, já que ajudam os eleitores a formar expectativas comuns a nível do seu círculo eleitoral sobre quais os partidos com hipóteses de conquistarem representação e podem explicar parcialmente a concentração dos votos num menor número de partidos e o desaparecimento dos pequenos partidos. Se esses factores hipotéticos puderem explicar inteiramente a crescente importância do voto estratégico a partir de 1987, então o efeito de interacção da «expectativa» × «contaminação» deverá deixar de ser relevante. De modo a estimar um modelo completo, limito-me a somar as variáveis necessárias ao modelo básico para testar as duas hipóteses adicionais. Por conseguinte, o modelo completo será:

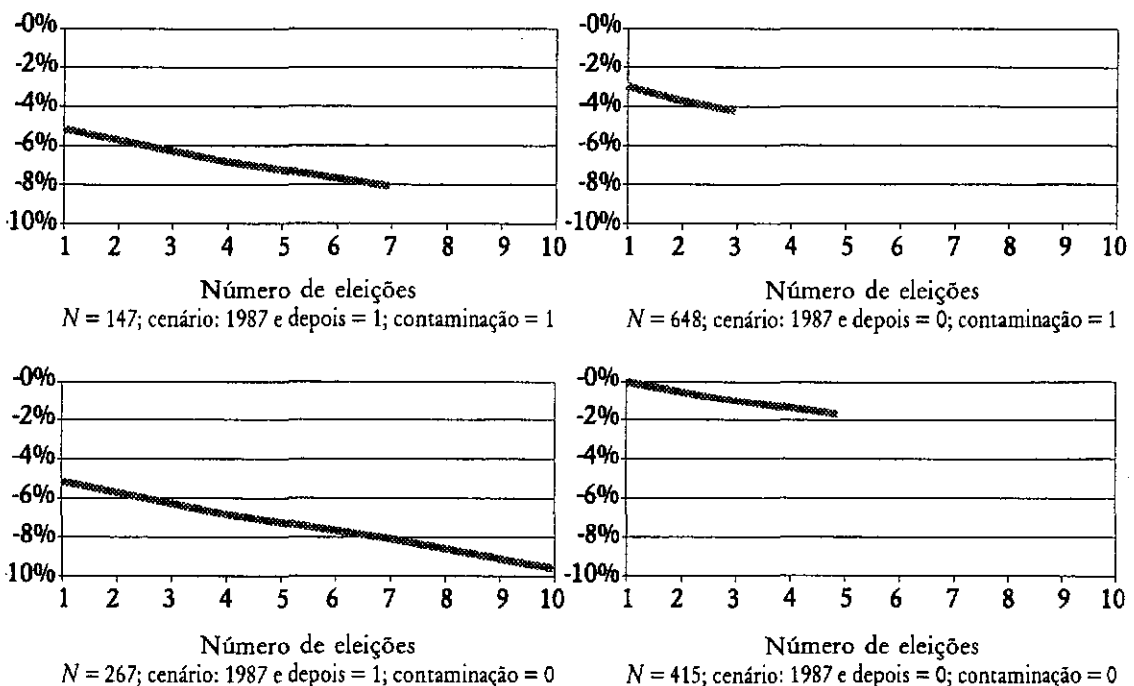
$$Y = b_0 + b_1 \cdot \text{votação normal} + b_2 \cdot \text{expectativa} + b_3 \cdot \text{1987 e depois} + b_4 \cdot \text{expectativa} \times \text{1987 e depois} + b_5 \cdot \text{aprendizagem} + b_6 \cdot \text{expectativa} \times \text{aprendizagem} + b_7 \cdot \text{contaminação} + b_8 \cdot \text{expectativa} \times \text{contaminação} + e$$

Os resultados da regressão OLS são apresentados no quadro 9.4. Uma vez mais, todos os erros-padrão são agrupados por partido e por círculo eleitoral para dar conta da não independência da estrutura dos dados.

O quadro 9.4 torna claro que o voto estratégico possui pelo menos algum potencial para explicar o fortalecimento de alguns partidos ao longo do tempo e o progressivo enfraquecimento de outros. Como esperado, ambos os efeitos de interação são significativamente negativos. Uma vez que a interpretação dos efeitos condicionais é particularmente difícil, apresento graficamente na figura 9.2 a dimensão do efeito causal estimado do abandono estratégico, $Y(\text{expectativa} = 1) - Y(\text{expectativa} = 0)$, baseado no modelo completo do quadro 9.4. A área entre os intervalos de confiança de 95% está a sombreado.

A dimensão do efeito causal do abandono estratégico define os eixos verticais dos quatro painéis desta figura, isto é, o valor do abandono estratégico, calculado em média para todos os partidos e todos os círculos eleitorais, que um partido deverá esperar nos casos em que não obteve qualquer representação nas eleições anteriores em comparação com o mesmo valor nos casos em que o partido obteve representação nas eleições anteriores. A dimensão do efeito causal depende do número de eleições em que o partido competiu num círculo eleitoral («aprendizagem») que define os

Figura 9.2 — Abandono estratégico e aprendizagem



eixos horizontais nos quatro painéis. Com base no modelo completo, há que distinguir quatro cenários diferentes, dependendo do foco da nossa análise: o voto estratégico a partir de 1987 ou antes de 1987 (coluna esquerda *versus* direita) e o voto estratégico em eleições «contaminadas» ou noutras eleições (fila superior *versus* inferior). Note-se que o número de casos difere de cenário para cenário e que os resultados só são apresentados se de facto ocorreram no conjunto de dados — por exemplo, se os partidos puderam competir em mais eleições sucessivas a nível do círculo eleitoral a partir de 1987 do que antes dessa data.

Em todos os painéis observamos a prevista tendência ascendente, indicando que os partidos deverão esperar tanto mais perdas de votos por abandono estratégico quanto mais vezes competirem nesse círculo eleitoral. O declive dos cenários previstos é maior (em termos absolutos) para as observações de 1991 (isto é, observações em anos eleitorais pós-1987 nos quais se celebraram também eleições presidenciais). Com base nestes resultados, é de prever um maior abandono dos pequenos partidos caso as eleições presidenciais e parlamentares ocorram no mesmo ano algures no futuro. Além disso, os resultados simulados do painel inferior direito tornam clara uma interessante característica do efeito de aprendizagem do voto estratégico. Nas eleições anteriores a 1987, nos casos em que não se realizaram eleições presidenciais no mesmo ano (o que não aconteceu em 1976 e 1980) e em que o número de eleições nas quais um partido compete é no máximo de 3, todos os respectivos intervalos de confiança de 95% incluem a linha 0%. Assim, aparentemente, para que se verifique um efeito de abandono estratégico são necessárias pelo menos quatro eleições sucessivas — só então os eleitores começam a evitar desperdiçar os seus votos. Quanto ao período a partir de 1987, como podemos observar no painel inferior esquerdo, os eleitores abandonam sistematicamente os partidos sem hipóteses de conseguirem representação num dado círculo eleitoral logo depois da segunda competição sucessiva.

Para resumir, o voto estratégico parece ter mais impacto sobre a percentagem de votos dos partidos a partir de 1987. Isto pode explicar em parte a concentração dos votos num menor número de partidos e o desaparecimento dos pequenos partidos, sobretudo após 1987. No entanto, se olharmos para o significativo efeito de «expectativa» \times «1987 e depois», nenhum dos processos propostos — o processo de aprendizagem a nível do círculo eleitoral

ou o efeito de contaminação — nem a combinação de ambos os processos explicam inteiramente a tendência maioritária observada em Portugal a partir de 1987.

Conclusão

Ao contrário de estudos anteriores, apresento evidências de que em Portugal, não obstante os fracos incentivos institucionais, o voto estratégico é observável em todos os círculos eleitorais. Estes incentivos constroem o processo de decisão individual. O argumento que aqui desenvolvi é o de que os incentivos institucionais têm um impacto sobre o modo como os eleitores formam expectativas quanto aos resultados de uma eleição. Estes incentivos dependem da magnitude dos círculos eleitorais. A situação nos círculos eleitorais de pequena dimensão é, conseqüentemente, diferente da situação dos grandes círculos eleitorais. No entanto, existe também um segundo processo em acção, o qual influencia as expectativas formadas pelos eleitores. Os partidos com poucas hipóteses de obterem representação são penalizados com o abandono estratégico — tanto menos quanto maior for a magnitude do círculo eleitoral. Em termos globais, o modelo prevê que quase 3% da percentagem de votos de cada partido se perdem devido ao voto estratégico, nos casos em que os eleitores acreditam que o seu partido preferido não tem hipóteses de conquistar pelo menos um assento parlamentar pelo seu círculo eleitoral. Este valor é mais elevado (superior a 4%) nos círculos eleitorais mais pequenos do país. Não obstante, em todos os círculos eleitorais actualmente existentes, os resultados indicam uma perda significativa de votos devido à prática da votação estratégica. Os partidos com mais hipóteses de obterem representação beneficiam do voto estratégico daqueles eleitores que tentam maximizar a utilidade do seu voto e que assim abandonam os seus partidos preferidos. Neste sentido, as conclusões a que chegámos aqui fazem eco dos resultados de um estudo comparável sobre o voto estratégico realizado com base em dados eleitorais da Finlândia (Gschwend e Stoiber, 2005).

Uma importante tese alternativa àquela que aqui adiantámos é que talvez não sejam os eleitores a reagir estrategicamente aos incentivos institucionais do sistema eleitoral, mas simplesmente as

elites partidárias. O comportamento estratégico dos partidos será ainda mais provável se, por um lado, existirem fortes organizações partidárias, firmemente enraizadas na sociedade portuguesa, e, por outro, se o comportamento eleitoral for facilmente previsível a nível dos círculos eleitorais. Embora este segundo critério pareça aplicar-se ao caso português, dado o elevado coeficiente do nível base da votação normal no modelo, o mesmo não podemos dizer em relação ao primeiro. Verifica-se uma proliferação de partidos diversos, que aparecem e desaparecem, adoptam novos nomes ou fundem-se com outros. É claramente necessário um estudo mais pormenorizado a nível partidário de modo a estimarmos o impacto do comportamento estratégico dos partidos. Não obstante, a proporção de voto estratégico que aqui calculámos constitui uma estimativa conservadora, tendo em conta o comportamento estratégico das elites partidárias, que formam coligações pré-eleitorais de modo a maximizarem as suas perspectivas de representação num círculo eleitoral particular, o que estimula de facto o comportamento estratégico nos eleitores, já que um voto numa coligação partidária tem mais probabilidades de ser um voto útil.

Para além do interesse teórico destas provas de voto estratégico, em particular num contexto institucional como o de Portugal, caracterizado por círculos eleitorais de grande dimensão, qual será o impacto do voto estratégico no sistema partidário? Particularmente notável quanto a este respeito é a tendência maioritária do sistema partidário português a partir de 1987. Os resultados estão em conformidade com as previsões geradas por dois mecanismos diferentes: por um lado, o enfraquecimento dos pequenos partidos, particularmente nos círculos eleitorais onde os eleitores tiveram a oportunidade de aprenderem a formar expectativas sobre o sucesso eleitoral dos partidos, já que eles aí concorreram regularmente. Por outro lado, os efeitos de contaminação associados ao carácter maioritário das campanhas para as eleições presidenciais, nos casos em que as eleições presidenciais e parlamentares se celebram no mesmo ano, o que prejudica particularmente os pequenos partidos. No entanto, é necessário prosseguir a investigação, sobretudo mediante o uso criativo dos dados, de modo a explicarmos melhor a tendência maioritária do sistema partidário. O voto estratégico possui apenas algum potencial para explicar em parte a concentração que tem vindo a observar-se no sistema partidário português a partir de 1987.